



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

OFÍCIO SEI Nº 253/2020/ME

Ao Senhor

DÉCIO BRUNO LOPES

Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP)
SHIS QD 1, Conj. 01, Casa 05, Lago Sul - DF - Brasil - CEP 716005-010

Assunto: Solicitação de Informações - Interpelação Extrajudicial - Resposta Ofício nº 92/2020.

Senhor Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP),

1. Em referência ao Ofício nº 92/2020, do 3º Ofício de Notas, Registro Civil e Protesto de Títulos de Taguatinga-DF, que me notificou acerca da Interpelação Extrajudicial formulada por essa Associação, protocolada naquele Serviço Notarial, por meio da qual se solicitam explicações concernente a declarações que por mim teriam sido feitas a respeito dos servidores públicos de que *“(...) o hospedeiro está morrendo, o cara virou um parasita, (...) o dinheiro não chega no povo, tem fiscal pedindo, chantageando a companhia pra não multar”*, promovo os seguintes esclarecimentos.

2. Como se vê, o escopo da solicitação é discorrer sobre razões e conclusões inerentes a frases por mim proferidas em duas circunstâncias: durante evento realizado no Município do Rio de Janeiro (Seminário do Pacto Federativo), no começo do presente ano; e em entrevista coletiva concedida em 29 de abril de 2020, em que fui questionado acerca da retomada do crescimento econômico pós-pandemia. A ANFIP denota que eu teria lançado manifestações aviltantes a categorias do serviço público brasileiro, notadamente aos servidores fiscais. Sem embargo, **os trechos destacados na referida Interpelação Extrajudicial foram retirados de contexto.**

3. Com efeito, logo após o primeiro evento, o próprio Ministério da Economia emitiu nota, na qual evidenciou a conjuntura das alegações aduzidas naquele instante:

*O Ministério da Economia esclarece que, após reconhecer a elevada qualidade do quadro de servidores, o ministro Paulo Guedes **analisou situações específicas de estados e municípios que têm o orçamento comprometido com a folha de pagamento.** Durante evento no Rio de Janeiro, ele falou sobre **entes da Federação***

que estão com despesas acima do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Nessa situação extrema, não sobram recursos para gastos essenciais em áreas fundamentais como saúde, educação e saneamento.

O ministro argumentou que o país não pode mais continuar com políticas antigas de reajustes sistemáticos. Isso faz com que os recursos dos pagadores de impostos sejam usados para manter a máquina pública em vez de servir à população: o principal motivo da existência do serviço público. O ministro defendeu uma reforma administrativa que corrija distorções sem tirar direitos constitucionais dos atuais servidores.

O ministro lamenta profundamente que sua fala tenha sido retirada de contexto pela imprensa, desviando o foco do que é realmente importante no momento: transformar o Estado brasileiro para prestar melhores serviços ao cidadão.

4. Ademais, promovi esclarecimentos posteriormente, oportunidade na qual corroborei o contexto acima, enalteci que jamais tive o condão de ofender pessoas, e assim registrei:

Eu não falava das pessoas, mas sim de *casos extremos em que Estados e municípios gastam toda a sua receita com salários elevados de modo que nada sobrava para educação, saúde, segurança e saneamento.*

5. Como se vê, em nenhum momento tive a intenção de infirmar a essencialidade dos agentes públicos, atores importantes para o funcionamento adequado da máquina pública e para a prestação de serviços públicos à população. Apenas quis apresentar minha preocupação com o aumento exponencial da despesa pública com pessoal e o conseqüente risco de estrangulamento do próprio funcionamento da máquina pública, mencionando, para tanto, casos específicos de Estados e Municípios que comprometem quase a totalidade de sua receita com pagamento de salários.

6. Sem embargo da grave crise econômica ocorrida no âmbito da União e, mormente, nos entes subnacionais, há constantes pleitos de aumentos salariais. Contudo, segundo dados da própria Secretaria do Tesouro Nacional (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/CFTmansueto/7612d2db-5681-44b1-acc0-5a703c6a65cf>), 14 (quatorze) Estados apresentam comprometimento de suas receitas correntes líquidas com despesas com pessoal superior ao limite de 60% da LRF. Ainda segundo o referido relatório, “*mesmo no auge da crise fiscal, a maior parte dos estados apresentou aumento real na despesa com ativos e inativos, sendo que 9 estados tiveram gastos com pessoal com crescimento real superior a 5% em 2017*”.

7. Minha preocupação, como se pode extrair do contexto, não foi a de menosprezar os servidores públicos, agentes inquestionavelmente relevantes para o bem-estar da sociedade, mas sim o de ressaltar o risco de eventualmente termos um Estado em que recursos públicos seriam alocados majoritariamente para atendimento de interesses de um grupo de pessoas, em detrimento da capacidade pública de levar a efeito as atividades finalísticas e fundamentais do próprio Estado para toda a coletividade.

8. No que concerne às declarações proferidas na entrevista coletiva realizada no final do mês de abril do corrente ano, mais uma vez, infelizmente, minhas palavras foram pinçadas e interpretadas fora do contexto.

9. Na ocasião, respondendo à pergunta formulada por jornalista da Empresa Brasileira de Comunicação, acerca da retomada do crescimento econômico pós-pandemia, ponderei a necessidade de alterarmos o ambiente de negócios do país, para que possamos atrair investimentos externos que possibilitem a reconstrução de nossa economia. Veja-se a transcrição da minha resposta:

Do ponto de vista econômico, de novo, nós sabíamos que o Estado praticamente exauriu suas fontes de financiamento. O Estado não tem mais capacidade, (...) a taxa de investimento foi caindo, porque o Brasil foi perdendo ritmo de crescimento, foi subindo os impostos, foi maltratando os empreendedores, foi subindo as taxas de juros, crise após crise, crise cambial, crise recessiva. Isso foi acontecendo e o Brasil foi sendo prisioneiro de uma armadilha de baixo crescimento. Então, o Brasil que já cresceu, três, quatro décadas, 7,5%, 7,36%, era o maior ritmo de crescimento do mundo. O Brasil já cresceu mais do que a Coreia, mais do que o Japão, mais do que a China. E o Brasil foi perdendo velocidade, perdendo velocidade, e nos anos 80, que era chamada "a década perdida", a gente crescia dois e pouco por cento. Hoje nós não crescemos nem isso. Nós não conseguimos crescer nem 2% ao ano.

Então, nós fomos perdendo velocidade porque o modelo econômico está equivocado. E quando nós fizemos a transformação política e fomos para a descentralização, uma tentativa de descentralização de recursos para gastar mais em saúde, carimbamos, inclusive a Constituição, escrevendo: tantos por cento em saúde, tantos por cento em educação, tantos por cento em... Na hora que nós começamos a carimbar o dinheiro e a inflação ainda alta, o que aconteceu é que começaram a acabar os recursos para infraestrutura. E houve uma exaustão do governo. A dívida PIB foi subindo, subindo, a ponto de nós gastarmos 400 bilhões de reais por ano durante décadas simplesmente para acalmar o capital. Virou um paraíso dos rentistas.

Em vez de trabalhar, é muito mais fácil viver de renda, quem tem recursos, quem já ganhou algum dinheiro. Um mercado de 200 milhões de consumidores, e um mercado com cartéis: 6 empreiteiras, 6 bancos. Então, se você tem uma delas, trabalha para 200 milhões, você ganha dinheiro rápido e depois você aplica de juros aí e fica o resto da vida vivendo às custas do rentismo.

Esse não é um modelo econômico que nos interessa. Nós vamos mudar esse modelo econômico e começamos a mudar. Então, é natural, que nesse início, todo mundo ainda pense: não, eu vou investir mais recursos públicos. Se você duplicar os investimentos públicos, você vê, o PIB não está crescendo, mas vamos supor que você duplique os investimentos públicos. Você vai sair de 1,4 para 2,8. É muito pouco. Isso não vai conseguir fazer o Brasil crescer.

Então, é por isso que nós precisamos mudar o ambiente de negócios. Você conversa lá fora com todos os investidores, você conversa aqui dentro com os próprios brasileiros, todo mundo diz o seguinte: não pode a oitava economia do mundo ter o 106º lugar do ponto de vista de ambiente de fazer negócios. Porque é um lugar horrível para fazer negócio. O imposto é muito alto, a regulamentação é excessiva, tem fiscal, pedindo, chantageando a companhia, para não multar, é regulamentação inadequada, é insegurança jurídica. Então chega um momento em que você tem que mudar esse modelo e são os marcos regulatórios justamente a componente de ordem a que o Ministro Braga se referiu. É por aí a retomada. Nós temos que fazer uma reconfiguração do marco. É isso que vai garantir que os recursos venham do setor privado. Eu posso garantir que tem recursos suficientes? Bom, há trilhões de dólares no mundo hoje, a juro, procurando o que fazer com o dinheiro, juro zero. O que existe hoje no mundo sobrando: dinheiro, recursos, naturais, petróleo tá sobrando, dinheiro tá sobrando, gente procurando emprego. Não é? Um choque, uma guerra mundial por empregos, todo mundo procurando emprego. E o que é que está faltando no mundo hoje? Empreendedores. Então se você criar uma boa cultura de empreendedores, criar um bom ambiente de negócios, esses recursos virão.

10. Como se vê, em momento algum ofendi, ou tive a intenção de ofender qualquer servidor público, notadamente os Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

11. Minhas colocações tão-somente se referiam à percepção de atores econômicos, estrangeiros e nacionais, acerca do ambiente de negócios brasileiro, traduzida nos indicadores apontados por organismos internacionais, em especial o Banco Mundial, utilizados para avaliar as condições desfavoráveis desse setor no nosso país. Não representavam, portanto, afirmações de minha própria lavra.

12. Conforme por mim afirmado, o Brasil, embora seja a oitava economia mundial, foi classificado na 106ª colocação do ranking realizado pelo Banco Mundial na publicação *Doing Business 2020*.

13. Consistindo em uma das principais publicações do Banco Mundial, resultado de um estudo anual que mede como as leis e regulamentações promovem ou restringem as atividades empresariais, esse relatório apresenta indicadores quantitativos sobre a regulamentação dos negócios e a proteção dos direitos de propriedade, que podem ser comparados através de 190 economias – do Afeganistão ao Zimbábue - e ao longo do tempo.

14. O *Doing Business* abrange as regulamentações de 12 áreas referentes à atividade empresarial. Dez dessas áreas – abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, fornecimento de eletricidade, registro de propriedades, obtenção de crédito, proteção de investidores minoritários, pagamento de impostos, comércio internacional, execução de contratos e resolução de insolvência - estão incluídas na pontuação e na classificação das economias em termos da facilidade de se fazer negócios. O *Doing Business* também mede a legislação sobre a contratação de trabalhadores e a contratação pública, áreas que não estão incluídas na pontuação e na classificação em termos da facilidade de se fazer negócios.

Perdas por suborno também são levadas em consideração nesse estudo.

15. Segundo o Índice de Percepção de Corrupção (IPC)^[1], ferramenta para o monitoramento da percepção de corrupção elaborada pela Transparência Internacional, que pontua e classifica os países com base no quão corrupto o setor público é percebido por executivos, investidores, acadêmicos e estudiosos da área da transparência, e hoje usado por diversos bancos e empresas na hora de decidir sobre como fazer negócios em determinado país, o Brasil ocupa, também, a 106ª colocação.

16. Como se vê, considerando a minha afirmação dentro do contexto adequado, fica claro e indene de dúvida, que não tive, em momento algum, a intenção de imputar fato injurioso, de forma generalizada, a qualquer categoria do serviço público, principalmente à carreira representada por essa Associação. Fica patente que eu apenas repliquei as percepções registradas por agentes externos e internos, traduzidas em estudos formulados por instituições internacionais acerca dos obstáculos que desfavorecem o ambiente de negócios do nosso país.

17. Presto, portanto, essas informações.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

PAULO GUEDES

Ministro de Estado da Economia

[1] O estudo da Transparência Internacional é um levantamento elaborado a partir de outras pesquisas. Neste ano, foram utilizados treze indicadores e pesquisas elaborados por diferentes instituições. Foram considerados trabalhos do Banco Mundial, do Fórum Econômico Mundial, e da publicação britânica The Economist, entre outras.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Nunes Guedes**, **Ministro de Estado da Economia**, em 11/06/2020, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8558143** e o código CRC **AD0C16D3**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 5º andar
CEP 70.048-900 - Brasília/DF
(61) 34 12-2517 - e-mail gabinete.ministro@fazenda.gov.br